

Que Crise é esta?

Marcos Del Roio
Professor da Unesp, *campus* Marília

O Brasil vive uma crise de governo bastante evidente e que se encaminha para uma crise política mais larga. Essa particular crise encontra seus fundamentos na gravíssima crise capitalista iniciada em 2008 no setor imobiliário dos Estados Unidos e que logo se difundiu para a Europa e outras partes do mundo. Os Estados Unidos conseguiram evitar o naufrágio, mas a Europa precisa esfolar a sua periferia (os chamados PIGS) para se manter à tona.

Desde o início deste século o Brasil se viu favorecido no comércio internacional, com a diversificação de mercados e com preços elevados dos produtos de exportação agrícolas, de subsolo e mesmo de serviços, mas o processo de desindustrialização (que vem de longa data) seguiu o seu caminho. Assim, os dois governos de Lula da Silva conseguiu manter a solidez de uma base social que contemplava todas as frações das classes dominantes, setores da pequena burguesia, a “aristocracia” operária e massas de desvalidos atraídas pelas políticas governamentais compensatórias. A hegemonia burguesa nunca pareceu tão sólida.

Com benefícios auferidos no período anterior, o Brasil construiu anteparos que evitaram o choque inicial da crise internacional. No entanto, o acirramento da disputa no mercado mundial com a busca pelo controle de fontes energéticas e de recursos naturais e a queda de preços das chamadas commodities começaram a impactar a economia política brasileira e mostrar trincas no bloco social de sustentação da hegemonia burguesa.

Em junho de 2013, início do mandato presidencial de Dilma Rousseff, a partir de São Paulo, manifestações populares se espalharam por várias cidades do País. Desencadeado pela reivindicação juvenil pelo passe livre no transporte essas manifestações foram a demonstração de uma subjetividade social fraturada. Críticas e reivindicações de toda ordem tiveram desaforo: contra a corrupção, contra os partidos, contra os políticos, mas em favor dos direitos sociais. Era clara a expressão de crise de representatividade, de descolamento entre as classes dirigentes, as instituições e amplos setores da sociedade civil. A resposta dos governos (além de muita e violenta repressão) foi a promessa de atendimento de algumas dessas reivindicações, como a mobilidade urbana. Promessas e repressão esvaziaram as manifestações, mas não só isso. As massas mobilizadas sem direção, sem projeto, tendiam a se bifurcar em duas direções: uma minoria mais à esquerda que clamava por direitos e uma maioria liberal conservadora, que incluiu grupos fascistas e que desde então passaram a ofensiva.

As ruas se acalmaram, mas não se pode deixar de observar como a quantidade de greves vem crescendo, ainda que também essas desarticuladas entre si e detidas quase

todas no pendão econômico-corporativo, com centrais sindicais e mesmo partidos cumprindo papel pífio. Os sinais de agravamento da crise econômico-social eram, contudo, mais salientes.

O processo eleitoral parecia ser o duto para o qual convergiriam os descontentamentos difusos, mas já encaminhados para uma guinada conservadora. Na disputa presidencial, que sempre é a mais importante, a oposição liberal conservadora optou (conforme ensinamento chinês) por colocar dois cavalos na rinha para garantir o segundo turno contra a reeleição de Dilma. Ainda que um dos candidatos de oposição tenha sido trocado por motivo não previsto, o resultado foi alcançado.

No segundo turno a candidatura da situação já apareceu fragilizada pela ascensão rápida de Aécio Neves e pelas primeiras denúncias de impacto sobre o esquema de corrupção na Petrobrás. A vitória do PT com Dilma foi por pouca margem e quase que uma “vitória de Pirro”. O perfil do novo Senado e da Câmara dos Deputados também expressou a ascensão conservadora de modo evidente. Os ingredientes da crise de governo e da crise política estavam postos.

As rachaduras no bloco social e político que sustentara o governo de Lula da Silva se ampliavam com a estagnação econômica e a perda de competitividade no mercado externo. Na montagem do ministério Dilma tentou responder às demandas das frações burguesas, mas reconhecendo o predomínio do capital financeiro. A ordem agora seria aquela de tentar sanar a crise fiscal do Estado com o remédio amargo do corte nos investimentos, aumento de preços nas tarifas públicas, aumento direto ou indireto de impostos e retirada de direitos sociais. Apesar das concessões setoriais, que traziam como implicação um ataque direto aos interesses e direitos dos trabalhadores, a onda conservadora continua a sua ofensiva.

Setores burgueses entendem que o papel do PT na condução do capitalismo brasileiro está superado e passam ao ataque direto e coordenado, estimulados pela intelectualidade orgânica do capital postada na produção, na universidade e nos meios de comunicação. O ponto de convergência é a exposição do cartel desvio de recursos da Petrobras, que mostra o conúbio de interesses empresariais privados com a sua representação política, via partidos ou burocracia estatal.

O objetivo é o de encostar o governo na parede e prepara a volta do ciclo de privatizações, que foram ralentados na fase petista. A privatização da Petrobras atenderia uma antiga demanda da oligarquia imperialista e poderia apontar para superação da crise (em evidente caso de autoengano). A pressão imperialista contra Venezuela, Brasil e Argentina faz parte de um mesmo cenário cujo cerne é a busca dos Estados Unidos pela retomada do controle das fontes de energia da Américameridional, que inclui o petróleo, mas também a água.

A crise de governo se expressa na instabilidade ministerial e na fragmentação da base parlamentar do governo, que, por suposto ajuda muito a oposição. A situação

poderia ficar apenas em uma lide entre grupos e personalidades políticas se a luta não tendesse a se colocar também no espaço público e a se fazer crise política e aberta luta de classes.

A direita liberal conservadora e a sua ala fascista, açulada pela mídia, vai para a rua clamando pela derrubada do governo, contra o PT, contra as esquerdas, contra os trabalhadores pobres, pelo fim da corrupção, pelo fim das atuais instituições políticas, incluindo os partidos políticos. Ainda que em momento bafejado também o PSDB poderá ser vítima dessa onda que clama por um governo bonapartista. A tal “reforma política” proposta pelo PT tem tudo pra ser um tiro pela culatra com resultado antidemocrático.

Ainda que seja ainda uma organização forte (até por se beneficiar da máquina do Estado) o PT e outras organizações populares estão sob assédio e colocadas em posição ambígua: sentem-se na obrigação de defender o “seu” governo, mas ao mesmo tempo têm que mostrar que defendem os direitos dos trabalhadores.

Nessa difícil situação os trabalhadores terão que garantir a sua autonomia e defender no local de trabalho, no local de moradia, nas ruas, o seu direito de organização, de manifestação e de expressão em defesa dos espaços democráticos e dos direitos, postando-se claramente contra a onda conservadora e o fascismo. Os trabalhadores e os intelectuais que se postam a seu lado devem passar por um salto de qualidade na organização e na consciência coletiva, para serem ultrapassadas as amarras da consciência econômica corporativa que o PT fez preservar e desenvolver nas últimas décadas.